

As guerras de libertação nacional e o processo de expansão mundial do capital

*Marcelo Buzetto**

Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre o papel das guerras de libertação nacional durante o processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como compreender melhor, através de alguns autores clássicos do marxismo e da arte da guerra, a atuação dos EUA em duas das mais importantes guerras do mundo contemporâneo, a do Vietnã, no século XX, e a do Iraque, neste início do século XXI.

A Questão Nacional em Marx e Engels

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels deixam claro que não é possível falar de nação sem falar de luta de classes, pois a nação é o espaço concreto onde as contradições do capitalismo se manifestam de maneira mais evidente, onde acontecem os embates entre as forças políticas e sociais que defendem os interesses das classes dominantes e das classes dominadas. Daí a afirmação de que “a exploração de uma nação por outra” só será abolida com o fim da “exploração de um indivíduo por outro”, ou seja, quando o proletariado “conquistar a dominação política, elevar-se a condição de classe dirigente nacional” (Marx e Engels, 1989a: 84 e 85). Portanto, é claramente possível identificar nos autores citados uma análise da questão nacional intimamente ligada à luta de classes entre burguesia e proletariado. Essa análise, desenvolvida entre os anos quarenta e sessenta do século XIX, está muito presente nos textos desses autores sobre a China e a Irlanda, seja nos artigos da *Nova Gazeta Renana*, um jornal de debates sobre questões políticas e econômicas, ou nos jornais norte-americanos *New York Tribune* e *New York Daily Tribune*.

Em relação à China, podemos identificar uma certa convicção, principalmente da parte de Marx, que a crise que assolava o país poderia criar uma situação propícia para uma revolução popular e anticolonialista. Com a intervenção militar inglesa e norte-americana sobre a China, Marx percebe que as forças colonialistas contribuíram para colocar a China em contato com o mundo, rompendo um isolamento que mantinha como algo intocável as estruturas econômicas e sociais da “velha China”. Ele afirma que “graças à Inglaterra, a dissolução da velha China é tão certa como a de uma múmia cuidadosamente conservada num sarcófago hermeticamente fechado e que se expõe ao ar. Agora que a Inglaterra desencadeou a revolução na China, temos de perguntar-nos qual a reação que a revolução vai levantar nesse país, e, daqui a algum tempo, na Inglaterra, e, daí, na Europa” (Marx, 1974: 18).

* Membro do NEILS, doutorando pela PUC/SP, professor na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FAECO) do Centro Universitário Fundação Santo André.

Como o centro das preocupações de Marx e Engels era a Inglaterra, e a China tornou-se, no século XIX, um país vinculado e subordinado aos interesses do capitalismo inglês, qualquer alteração na economia e na sociedade chinesas afetaria sem dúvida a burguesia britânica. Reafirmando a idéia de que a Inglaterra reunia todas as condições para que ocorresse uma revolução social, também Engels vê na China uma situação que pode ajudar a acender o estopim da revolução socialista na Inglaterra, e por isso defende e estimula a população chinesa a lutar contra as atrocidades cometidas pelas tropas inglesas.

É possível perceber que para os autores em questão, uma guerra de libertação nacional nas colônias poderia contribuir para o fortalecimento das lutas proletárias nas metrópoles do capital. Como era um estudioso da questão militar, Engels defende e legitima a tática de guerra de guerrilhas utilizada na China durante a revolta dos Taiping (1851-1864), que lutaram ao mesmo tempo contra a dominação feudal, contra a dinastia Tsing e contra a invasão dos ingleses. Ao comentar sobre esta guerra, pergunta: “Que pode um exército contra um povo que recorre a tais formas de luta? Por onde, e até que ponto, poderá avançar em território inimigo, e como manter-se?” (Engels, 1974:40).

Engels ainda reconhece que se trata de “uma guerra popular pela sobrevivência da nação chinesa (...) E, numa guerra popular, os meios empregues pela nação revoltada não podem ser medidos segundo os critérios correntes de uma guerra normal, nem segundo qualquer outra guerra abstrata, mas segundo o nível de civilização da nação em revolta” (Engels, 1974:40 e 41).

Tais afirmações de Engels podem ser utilizadas para o entendimento do atual conflito no Iraque, onde as forças da resistência iraquiana, diante da superioridade militar do inimigo, evitam o confronto direto com as tropas do exército de ocupação, e se utilizam cada vez mais do método da guerra de guerrilhas para enfrentar os Estados Unidos e seus aliados.

As afirmações dos fundadores do marxismo sobre a Irlanda são ainda muito mais contundentes do que suas análises sobre a China, por vários motivos, entre eles a proximidade geográfica e cultural entre os ingleses e os irlandeses, a constante emigração de trabalhadores da Irlanda para a Inglaterra, etc. Nas cartas e artigos sobre a Irlanda, aparecem novas opiniões sobre a questão nacional e, se nos escritos anteriores a luta entre burguesia e proletariado dentro do território inglês aparecia como sendo o fator fundamental da revolução social neste país, nos textos sobre a Irlanda ganham peso e importância na análise marxiana/engelsiana os acontecimentos externos, as lutas nacionais nas colônias. Nesse sentido, para Marx, a propriedade da terra na Irlanda tem um significado muito importante para a manutenção do poder econômico e político da burguesia inglesa, portanto, se for alterado o regime de propriedade da terra na Irlanda, através de uma revolução que tenha como princípio a libertação nacional e a expropriação das terras dos ingleses, isso afetará imediatamente a dominação burguesa na metrópole, pois como afirma o próprio Marx, “o sistema de propriedade da terra na Irlanda só se mantém por causa do exército inglês” (Marx, 1989b:116). Percebendo o significado estratégico da questão irlandesa na luta do proletariado europeu, e concluindo que “Toda nação que oprime outra nação está a forjar as suas próprias cadeias” (Marx, 1989b:117 e 118), Marx e Engels se

esforçam para aprovar na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) uma firme resolução de apoio à luta do povo irlandês pela sua independência, pois só assim poderia se apressar o processo de revolução social na Inglaterra. Para atingir este objetivo, “tem que ser desferido um grande golpe na Irlanda (...) é condição prévia para a emancipação da classe operária britânica transformar a atual união forçada, isto é, escravatura da Irlanda, numa confederação igual e livre, se possível, ou em separação completa, se necessário” (Marx, 1989b:117e118).

Engels, após realizar uma viagem pela Irlanda, em 1856, descreve, numa carta para Marx, a situação do país. Diz ele,

a Irlanda pode ser considerada a primeira colônia inglesa e aquela que, pela sua proximidade, ainda é governada exatamente à velha maneira, podendo desde logo notar-se aqui que a chamada liberdade dos cidadãos ingleses se baseia na opressão das colônias. Aldeias foram devastadas (...) Entre 1100 e 1850 o país foi completamente arruinado pelas guerras de conquista inglesas (...) os irlandeses já não se sentem em casa dentro do seu país (Engels, 1989b: 187-188).

Se olharmos para a Guerra da Palestina, na atualidade, poderemos encontrar algumas semelhanças com a descrição de Engels sobre o sofrimento do povo irlandês diante da ocupação militar britânica. Também os palestinos de hoje não “se sentem em casa dentro de seu país”, e a liberdade dos cidadãos israelenses também se baseia na opressão do Estado de Israel sobre a população palestina.

A guerra como um instrumento da acumulação de capital

A guerra sempre fez parte da política expansionista dos países imperialistas, pois o controle dos recursos naturais e de um determinado território sempre teve um papel estratégico na luta de classes e na luta entre as nações opressoras e as nações oprimidas.

Desde o final do século XIX, o processo de desenvolvimento e expansão mundial do capital e do capitalismo fez com que a guerra se transformasse numa das principais formas de acumulação de capital para a classe dominante das potências capitalistas centrais, principalmente para a classe dominante da potência hegemônica do momento.

Além disso, as potências capitalistas da época precisavam de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. A África, a Ásia e a América Latina serão territórios disputados através de guerras de conquista, guerras civis ou golpes militares com a participação direta ou indireta do capital e dos exércitos imperialistas.

Preocupados em compreender as desigualdades do desenvolvimento mundial do capitalismo, alguns autores marxistas, como Rosa Luxemburg, Nicolai Bukhárin e Vladimir Lênin – vale lembrar que não eram os únicos - procuraram dar mais consistência à explicação sobre a fase imperialista do capitalismo. Os teóricos do imperialismo também se esforçavam para destacar o papel do militarismo e da guerra como formas de acelerar o processo de acumulação de capital da classe dominante dos países centrais. Um exemplo disto são os textos de Rosa Luxemburg, onde a mesma afirma que o militarismo

desempenhou papel decisivo na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura

social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital europeu (europeu em regiões não-européias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando a conquista de culturas não-capitalistas (Luxemburg, 1985: 311).

Será possível negar que o militarismo tem realmente um papel decisivo no processo de expansão mundial do capitalismo? Se observarmos o século XX, com certeza diremos não, pois o militarismo e a guerra se fizeram presentes durante todo o século. São vários os exemplos: Cuba, Nicarágua, Panamá, Granada, Haiti, intervenções e golpes patrocinados pelo governo dos EUA, ingleses e franceses disputando o Oriente Médio, europeus partilhando a África, franceses na Indochina e na Argélia, Ingleses na China e na Índia, norte-americanos na Coreia e no Vietnã, guerras nos Balcãs, duas Guerras Mundiais, criação do Estado de Israel e Guerra na Palestina, guerra no Golfo Pérsico, etc. São todos exemplos concretos de integração de regiões e países à lógica do mercado mundial capitalista e das grandes potências imperialistas.

Em *A economia mundial e o imperialismo*, também N. Bukharin analisa o papel das guerras no processo que ele qualifica de “internacionalização do capital”. Afirma que “a guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção” (Bukharin, 1988: 105), e “a guerra de conquista é um meio de reprodução ampliada dessas relações” (Bukharin, 1988: 105).

Outro autor que ficou bastante conhecido por escrever sobre o imperialismo foi Vladimir I. Lênin. Em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, ele destaca as principais características desta fase do capitalismo: 1. a concentração e centralização do capital, gerando com isso os monopólios e oligopólios; 2. fusão entre o capital bancário e o capital industrial, resultando no surgimento do capital financeiro e de uma oligarquia financeira; 3. além da exportação de mercadorias, ganha importância a exportação de capitais; 4. formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que dividem o mercado mundial entre si; 5. partilha territorial do planeta entre as maiores potências capitalistas (Lênin, 1987: 88). Portanto, de acordo com Lênin, o imperialismo é o capitalismo chegando a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trusts internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo entre as maiores potências capitalistas (Lênin, 1987: 88).

Não pretendemos desconsiderar as inúmeras transformações que ocorreram no mundo desde o final do século XIX, mas também não podemos negar a capacidade destes e de outros teóricos do imperialismo de captar a tendência do desenvolvimento capitalista. Afinal de contas, Rosa Luxemburg publicou seu livro em 1912, Bukharin em 1915, e Lênin em 1916. Podemos perceber que as características do imperialismo estão cada vez mais presentes na vida econômica e financeira mundial, basta observar as constantes e quase diárias

crises financeiras internacionais, ou então as várias fusões entre empresas e/ou bancos, constituindo os já apontados monopólios e oligopólios.

Sem dúvida alguma, o século XX foi o século do imperialismo, o século das guerras imperialistas. Entre 1914 e 1991 foram contabilizadas 187 milhões de mortes como resultado das guerras do século XX. Como afirma Emir Sader, somente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) “morreram 8 milhões de soldados – o dobro do número de mortos em guerras nos 125 anos anteriores-, 9 milhões de civis e, logo depois da guerra, 6 milhões de pessoas morreram pela epidemia da gripe espanhola. Além disso, 20 milhões de pessoas ficaram inválidas, num quadro de vítimas em que, pela primeira vez em uma guerra, houve mais mortos civis do que militares” (Sader; 2000, p. 119 e 120.).

Marxismo e Guerras de Libertação Nacional

A análise marxista sobre a guerra sempre esteve ligada ao estudo do desenvolvimento e expansão mundial do capitalismo, da luta de classes e da revolução, e, após a vitória da Revolução Russa de 1917, que ocorre durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os marxistas são obrigados a aprofundar o debate sobre a posição dos mesmos em relação à guerra, pois é justamente neste período que ocorre uma divisão no movimento operário e socialista, tendo como resultado duas posições antagônicas. De um lado, aqueles que defendem que os socialistas não podem ser contra a guerra, e por isso votam a favor da participação de seu país no conflito já estabelecido, e de outro, aqueles que são contra a guerra e a favor da revolução. Estes últimos acreditavam ser possível e necessário transformar a guerra imperialista em revolução proletária.

Quando nos deparamos, nos dias atuais, com o crescimento das intervenções militares comandadas pelos países imperialistas por toda a América Latina, África, Ásia e Europa, nos recordamos que no início do século XX, vários autores, como afirmamos anteriormente, já haviam detectado qual o papel que a guerra tem no processo de desenvolvimento do capital e do capitalismo. Vladimir Lênin dizia que

a guerra não foi gerada pela má vontade dos capitalistas, embora seja indubitável que só se faz no interesse deles e só a eles enriquece. A guerra é o produto de meio século de desenvolvimento do capital mundial, dos seus milhares de milhões de fios e laços. É impossível sair da guerra imperialista, é impossível conseguir uma paz democrática, não imposta pela violência, sem derrubar o poder do capital, sem a passagem do poder de Estado para outra classe, para o proletariado (Lênin, 1981: 30).

A inovação dos marxistas em relação ao estudo da guerra está no fato de que os mesmos acrescentam o elemento classista na análise deste fenômeno, valorizando e destacando o papel da luta de classes, não se submetendo a uma análise limitada que só consegue enxergar a nação ou o Estado. Além da análise do papel do Estado nacional num determinado conflito ou guerra, a concepção marxista também leva em consideração a posição e os interesses das classes sociais.

No estudo da teoria marxista da guerra e da estratégia, podemos verificar que existe, ao longo do século XX, um cruzamento entre os conhecimentos sobre

tática e estratégia elaborados por alguns clássicos do pensamento militar e os fundamentos da estratégia política marxista. Uma análise profunda das relações entre o marxismo e a chamada “arte da guerra” desenvolvida por Héctor Luis Saint-Pierre. Ao estudar os escritos militares de Lênin e o processo da Revolução Russa, ele afirma que a

genialidade de Lênin consistiu em elaborar uma concepção estratégica na qual **conseguiu soldar, de maneira original, a teoria marxista da luta de classes com a teoria clausewitziana da guerra** (grifo nosso). Com essa síntese, por um lado, ele enriquece a teoria da guerra revolucionária com os elementos teóricos desenvolvidos pelo general prussiano quando este pensou na natureza da guerra e, por outro, coloca como fundamento político para caracterizar a natureza da guerra o reconhecimento das classes sociais como sujeitos e partes do conflito, assim como seu posicionamento no confronto armado. Quais os interesses econômicos que promovem uma guerra? Quem defende esses interesses? Que significado tem essa guerra para a luta do proletariado? Essas são as perguntas que Lênin formula para classificar politicamente as guerras (Saint-Pierre, 1999: 71 e 72).

É possível perceber a influência não só de Clausewitz, mas também de Sun Tzu em vários textos marxistas, principalmente naqueles produzidos durante uma guerra de libertação nacional ou uma guerra revolucionária, como aconteceu em Cuba, China, Vietnã e tantos outros países onde os movimentos nacional-revolucionários vão se constituindo em organizações políticas e militares de caráter antiimperialista e anticapitalista.

Nacionalistas e antiimperialistas tem se apropriado, ao longo da história, das teorias, conceitos e noções de tática e estratégia elaborados durante processos revolucionários. Através das lutas de libertação nacional e antiimperialistas na Ásia, África e América Latina foi possível aprofundar e atualizar o conhecimento da Arte da Guerra e da Estratégia numa perspectiva anticapitalista, pois grande parte das pessoas e das organizações que dirigiram tais processos tinham no marxismo sua referência teórica e política.

A atualização dos conhecimentos sobre tática e estratégia surge como uma necessidade fundamental para as forças políticas e militares envolvidas em conflitos dessa natureza, pois “a água modela seu curso de acordo com a natureza do solo por onde passa; o soldado prepara sua vitória de acordo com o inimigo que está enfrentando (...) Assim, exatamente como a água não mantém sua forma constante, também na guerra não há condições constantes” (Sun Tzu, 1983:44).

Quando nos debruçamos diante da definição e dos objetivos da guerra, percebemos uma aproximação ainda maior entre o general prussiano Clausewitz e os intelectuais marxistas. Para este, “a guerra é, pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à sua vontade (...) a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (Clausewitz, 1996:7 e 27).

Já Mao Tsé Tung afirmava que

a guerra é a continuação da política. Nesse sentido a guerra é política e é, em si mesma, um ato político; desde os tempos mais antigos, nunca houve uma guerra que não tivesse caráter político (...) O objetivo da guerra não é outro

senão “conservar as próprias forças e destruir o inimigo” (destruir o inimigo significa desarmá-lo ou “privá-lo da capacidade de resistir”, e não, destruir fisicamente todas as suas forças (...)) A conservação das forças próprias e a destruição do inimigo, como objetivo da guerra, constituem a própria essência da guerra e o fundamento de todo e qualquer ato de guerra. Essa essência da guerra está presente em todas as atividades, desde o domínio da técnica ao domínio da estratégia (Tsé Tung, 1975: 241; 247-249).

Também Ernesto Che Guevara segue o caminho Clausewitz, pois quando escreve seu texto *Guerra de Guerrilhas: um método*, afirma que “a guerra é sempre uma luta onde ambos os contendores tentam aniquilar um ao outro. Além da força, apelam para todos os subterfúgios, recorrem a todos os truques possíveis para conseguir este resultado” (Guevara, 1968:50). Na análise de Gabriel Bonnet, “o marxismo vivifica e amplia as idéias de Clausewitz” (Bonnet, 1963: 129).

Outra inovação da análise marxista sobre a guerra é a reelaboração e o desenvolvimento das noções de *guerra justa* e *guerra injusta*, sendo a primeira uma guerra dos trabalhadores e das massas populares contra a opressão e a tirania, contra um governo reacionário e antipopular ou em defesa das liberdades democráticas, da independência e da libertação nacional e/ou pelo socialismo. Já a *guerra injusta* seria a guerra imperialista, de conquista de territórios, as guerras promovidas pela classe dominante com o objetivo de ampliar seus lucros através do massacre dos povos oprimidos dos países coloniais e semicoloniais e/ou de qualquer outro país que venha a sofrer uma invasão de forças militares imperialistas. Nesse sentido,

o conteúdo político da guerra e sua avaliação social como justa ou injusta estão organicamente ligados entre si. A avaliação moral dos fenômenos históricos da sociedade burguesa tem sempre um sentido político de classe. Por isso a natureza classista da guerra é expressa pela sua caracterização político-moral. Esta caracterização não é arbitrária, ela expressa o papel objetivo de cada guerra nas condições históricas concretas. As guerras justas e injustas distinguem-se pelas suas metas progressistas ou reacionárias, libertadoras ou conquistadoras, das partes beligerantes (...) Qualquer guerra travada por um povo em nome da liberdade e do progresso social, pela libertação em face de exploração e do jugo nacional ou em defesa da sua independência estatal, contra um ataque agressivo, é uma guerra justa. Pelo contrário, qualquer guerra desencadeada pelos imperialistas com a finalidade de conquistar territórios alheios, de subjugar e pilhar outros povos, é uma guerra injusta (Volcogónov, 1978: 60 e 61).

Dentro dessa análise classista sobre a guerra, as guerras de libertação nacional se enquadrariam no campo das guerras justas, pois

o conceito de guerra de libertação nacional refere-se, primeiro, às guerras que começam como insurreições dos povos escravizados contra seus opressores, quando os patriotas são obrigados a pegar em armas depois de se terem esgotadas todas as possibilidades de oposição pacífica (...) As guerras de libertação nacional, tal como as guerras civis das classes oprimidas contra os exploradores, são sempre justas na sua essência e surgem como resposta à política imperialista de opressão nacional e social assente na violência mais bruta (Dolgopólov, 1986: 43 e 52).

Iniciamos o século XXI com inúmeras questões nacionais não resolvidas. Além disso, a crise do capital e do capitalismo também faz com que as potências

imperialistas procurem fazer uma nova partilha do mundo entre si, com o objetivo de minimizar os efeitos da mesma sobre suas economias nacionais. István Mészáros assinala que quando o capital e o sistema de produção capitalista começam a enfrentar dificuldades em seu processo de crescimento e expansão, a guerra aparece como uma das alternativas para garantir a manutenção e a auto-reprodução do sistema, pois sem ela não há como colocar em movimento todo o complexo militar-industrial que gera lucros extraordinários para uns poucos, mas poderosos grupos econômico-financeiros de origem norte-americana e europeia (Mészáros, 1989: 41 e 42). Também é fato que toda guerra de conquista gera uma guerra de libertação nacional, que pode - ou não - adquirir um conteúdo anticapitalista.

Vivemos num momento onde se multiplicam as tentativas norte-americanas de ampliar seu domínio político, econômico e militar pelo mundo. A atitude ofensiva dos EUA, com suas guerras e intervenções militares em todo o planeta está também produzindo diversos movimentos de resistência de caráter nacionalista e/ou antiimperialista. Como afirmava Guevara, em relação aos EUA, “a sua política é a de conservar o que eles conquistaram. A linha de ação limita-se atualmente ao emprego brutal da força para sufocar os movimentos de libertação, quaisquer que sejam eles” (Guevara, 1976: 130).

Tudo indica que o século XXI também terá seu período de guerras e revoluções, onde o poderio bélico continuará sendo um dos fatores importantes para contribuir para a vitória desta ou daquela força, mas em muitos casos, podemos afirmar que não será o fator determinante (Palestina, Afeganistão e Iraque confirmam isto), ou, mesmo que seja determinante, jamais, como em toda guerra, será suficiente para assegurar a vitória de uma das partes envolvidas. Além da força material, as guerras do século XXI novamente mostram que sem o elemento subjetivo e sem o conhecimento profundo sobre a Arte da Guerra, qualquer força material se torna extremamente vulnerável.

Sun Tzu já alertava que, numa guerra, “se conhecemos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas” (Sun Tzu, 1983: 28). A guerra de libertação nacional do povo do Vietnã contra a invasão imperialista demonstrou que a superioridade de uma das forças em conflito, no que diz respeito à qualidade e à quantidade de armas e recursos tecnológicos, não é garantia de vitória.

Como afirma Giap, narrando um acontecimento durante a Guerra do Vietnã,

no momento em que as hostilidades se generalizaram em todo o país, qual era a relação de forças em presença? Do ponto de vista material, o inimigo era incontestavelmente mais forte do que nós. Nossas tropas receberam, então, ordem de combater em todo o lugar em que o inimigo tinha guarnição, para enfraquecê-lo e impedi-lo de se desdobrar muito rapidamente e, em seguida, quando as condições se tornassem desfavoráveis para nós, retirar a maior parte de nossos efetivos para a retaguarda, a fim de preservar as nossas forças vivas, tendo em vista uma resistência de longa duração. Os combates mais gloriosos e mais notáveis se desenrolaram em Hanói, onde nossas tropas conseguiram

manter solidamente um vasto setor, durante dois meses inteiros, antes de se retirarem incólumes, para fora da capital (...) Nesses dias em que a Pátria estava em perigo, todo o povo vietnamita se mantinha indissolavelmente unido num combate mortal. Respondendo ao apelo de Ho Chi Minh, ele havia escolhido resolutamente o caminho da Liberdade e da Independência (Giap, 1968: 20).

Além da condição material, a Arte da Guerra e a teoria da Estratégia ensinam que o elemento subjetivo e moral numa guerra pode ser o fator determinante da vitória de uma das forças beligerantes. Esse elemento subjetivo tem sido fundamental para impedir a vitória das forças de ocupação de Israel na Guerra da Palestina, assim como tem impedido a consolidação da vitória norte-americana no Afeganistão e, principalmente, no Iraque.

Mantida a atual correlação, nenhuma das forças em conflito, em qualquer uma das regiões citadas, tem condições de impor sua vontade ao inimigo, portanto, não tem condições de comemorar a tão esperada vitória. A precipitação de George Bush em anunciar o fim da Guerra no Iraque nada mais foi do que uma demonstração de ignorância misturada com a prepotência e a arrogância típica da classe dominante, em especial, da classe dominante dos países imperialistas, e, mais ainda, neste início de século, da classe dominante norte-americana.

Não é possível acabar com uma guerra por decreto, assim como não se acaba com a fome ou qualquer outro problema econômico e social somente através da vontade deste ou daquele indivíduo. Numa guerra, é preciso saber se todas as forças envolvidas no conflito têm o desejo de deixar de lutar, pois enquanto uma das forças - mesmo que esteja em condições inferiores do ponto de vista material - tem disposição para o confronto, isto significa que a guerra não acabou, somente assumiu uma nova forma, ou entrou em uma outra etapa. Parece plausível afirmar que tal fato tem se manifestado nas guerras de libertação nacional na Palestina, no Afeganistão e no Iraque.

A Guerra dos EUA no Iraque: um segundo Vietnã?

O imprevisível e o inesperado fazem parte do cotidiano das guerras e revoluções. Quando os EUA invadiram o Iraque, tinham no Golfo Pérsico 225 mil soldados, 5 porta-aviões, 990 aviões, 150 navios, 900 tanques e milhares de bombas e mísseis. Contava também com o apoio de 45 mil soldados, 1 porta-aviões, 30 navios e 510 tanques do Reino Unido. Já as forças armadas Iraque eram de 285 mil soldados, mais 125 mil membros da Guarda Republicana e outros 25 mil da Guarda Republicana Especial. Além disso, possuíam 58 mísseis Scud, 4 mil mísseis antitanque e 2500 tanque (Exame, 2003: 25).

Em setembro de 1945, era decretada a criação da República Democrática e Popular do Vietnã (Vietnã do Norte). Nesse processo de luta pela independência, o país foi dividido ao meio. O Norte, controlado pelos comunistas que comandaram a expulsão dos colonialistas franceses, e o Sul, onde existia um governo antipopular aliado do imperialismo. Com o avanço da ofensiva norte-vietnamita, que visava libertar todo o território do Vietnã do domínio estrangeiro, França e EUA se aliaram para apoiar o Exército regular sul-vietnamita. Em 1954, o exército francês, após um cerco de 55 dias pelas tropas do Vietnã do Norte e pelos guerrilheiros do Vietminh (Liga Pela Independência do Vietnã) na base de Dien Bien Phu, decidiram iniciar a retirada do país. Os franceses perderam 16 mil

soldados na batalha de Dien Bien Phu e 110 mil em todas as frentes de combate. Os EUA, descontentes com a decisão francesa, assumem o compromisso de ajudar o governo do Vietnã do Sul e sua luta contra os comunistas do norte.

Durante a invasão do Vietnã do Norte, iniciada em 1965, os EUA mobilizaram mais de 550 mil soldados. Essa operação de defesa do Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte contou com o apoio de 40 países. A URSS e a China definiram seu apoio ao Vietnã do Norte. Entre 1965 e 1968, intensificaram os ataques contra o Norte do país, mas já percebiam que dificilmente teriam condições de vencer tal guerra, ainda mais num momento onde cresciam as manifestações contrárias à invasão dos EUA e em defesa da luta do povo do Vietnã pela unificação do país e pela total independência em relação à qualquer potência estrangeira. Entre agosto e dezembro de 1969, começava a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, com a saída, neste período, de 90 mil soldados. É importante chamar a atenção para o fato de que essa redução do número de soldados não pode ser confundida com a diminuição da intensidade do conflito ou com uma efetiva disposição dos EUA em buscar uma saída pacífica para o mesmo, pois após o início da chamada “retirada das tropas”, aconteceram vários bombardeios e massacres em diversas áreas do território vietnamita. À medida que os EUA se “retiravam”, as forças regulares do Vietnã do Norte, as guerrilhas do *Vietcong* (“Vietnam Congsan”: Vietnã Vermelho) e a Frente Nacional de Libertação (FNL), braço político do *Vietcong*, consolidavam a vitória de uma das mais importantes – senão a mais importante - guerra de libertação nacional do século XX. Ao final do conflito, em março de 1973, após a retirada total de suas tropas, os EUA contabilizavam a morte de 58 mil soldados, além de 153.303 feridos (Garcia, 2001).

Nosso objetivo não é fazer uma comparação entre a Guerra dos EUA no Vietnã e no Iraque, mas somente levantar algumas idéias sobre o que existe de comum e o que existe de diferente entre os dois conflitos, lembrando que, apesar de cada guerra apresentar características próprias, situações particulares e muito específicas do momento, do local ou das forças que combatem, é possível identificar alguns aspectos gerais que também se fazem presentes nos dois conflitos citados, pois a natureza destas duas guerras, assim como alguns princípios que estimularam a organização das forças de resistência contra o invasor estrangeiro se manifestam de maneira muito semelhante.

Não afirmamos que a Guerra do Iraque será um segundo Vietnã, até porque consideramos que tal formulação é muito imprecisa e desprovida de consistência, pois a distância entre os dois conflitos é muito grande. Questionamos se, para os EUA, esta guerra poderá se tornar um novo Vietnã, pois a mesma tem provocado uma cisão na sociedade norte-americana, tem contribuído para acirrar algumas contradições internas que não se manifestavam com tanta evidência antes do início do conflito, ou mesmo nos primeiros dias da guerra. O prolongamento da guerra por outros meios, pela guerra não-convencional ou guerra de guerrilhas, tem resultado no aumento do número de mortos entre os soldados dos EUA e seus aliados, fato que alimenta a crítica daqueles que se posicionaram, desde o início, contra o ataque ao Iraque. Outros fatores que contribuem para fortalecer, dentro dos EUA, as forças contrárias à guerra, são a comprovação da inexistência de armas químicas, nucleares e/ou de destruição em massa no Iraque e a certeza de

que, assim como no Vietnã, essa é uma guerra que não pode ser vencida pelo exército invasor.

Se os EUA insistirem em permanecer no Iraque, eles terão de enfrentar uma situação semelhante à que viveram no Vietnã antes de sua retirada, ou algo parecido com a realidade do exército de ocupação israelense na Palestina, com a grande diferença que os soldados norte-americanos e seus familiares não tem nenhuma vontade de se estabelecer no Iraque, e também não reconhecem (ao contrário do que pensam os israelenses sionistas sobre a Palestina) nesse país a “terra prometida”.

Toda guerra, além da incerteza e da insegurança que produzem, sempre tem um custo muito alto para qualquer país e qualquer povo. Os clássicos da Arte da Guerra já alertavam que “deve-se ir à guerra apenas se não há outra alternativa” (Sun Pin, 1999: 46), e que “na guerra, tudo é muito simples, mas até a coisa mais simples é difícil” (Clausewitz, 1996: 83). E as guerras de libertação nacional, como sempre adquirem um caráter de guerra popular prolongada, sempre levam o invasor a um inevitável desgaste, à perda da credibilidade e ao isolamento. Quando estas situações se apresentam num mesmo momento, é o início da derrota das tropas de ocupação.

A guerra de libertação nacional do povo do Vietnã conseguiu deixar como lição que “um exército popular, insuficientemente equipado, porém combatendo por uma causa justa, seguindo uma estratégia e uma tática adequadas, é plenamente capaz de vencer um exército moderno de agressores estrangeiros” (Giap, 1968:30). As guerras de libertação nacional no Afeganistão, na Palestina e no Iraque mostram que iniciamos um novo século aprisionados a problemas que não foram resolvidos e tiveram origem no século XX. A questão nacional, que está no centro do debate político nas três regiões citadas, continua atormentando o mundo do capital. Os problemas que hoje atingem a população palestina, afegã e iraquiana foram criados no século XX. Esperamos que no século XXI as forças sociais e políticas que lutam contra o capital tenham condições de solucionar os problemas econômicos, sociais e nacionais deixados pelo século do imperialismo.

No caso do Iraque, é possível e desejável que mais uma vez se realize a “profecia” de Ho Chi Minh, quando em 1969, em seu *Testamento*, escreveu que

a resistência à agressão norte-americana pode ainda prolongar-se. Nossos compatriotas talvez devam aceitar ainda muitos sacrifícios em bens, em vidas humanas. Qualquer que seja o custo, devemos estar decididos a combater o agressor norte-americano até a vitória total. Nossos rios, nossas montanhas, nossos homens sobreviverão sempre. Depois de derrotar o ianque, construiremos o país dez vezes mais belo! Quaisquer que sejam as dificuldades e as privações, nosso povo vencerá. Os imperialistas norte-americanos deverão, sem dúvida nenhuma, ir embora. (Ho Chi Minh, 1984: 196)

Bibliografia

- BONNET, G. (1963). *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora.
- BUKHARIN, N. (1988). *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- CHI MINH, Ho. (1984). “Testamento”. In: ALVAREZ, M. E., *Ho Chi Minh-Política*. São Paulo: Ática.

- CLAUSEWITZ, C. V. (1996). *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes.
- DOLGOPÓLOV, E. (1986). *As guerras de libertação nacional na etapa atual*. Moscou: Edições Progresso.
- EXAME. (2003). "Economia de guerra: como o conflito no Iraque afeta o Brasil e o mundo". *Exame*. edição 788, ano 37, n.6. São Paulo, Abril.
- GARCIA, A. (2001). "La guerra del Vietnam". In: EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL – ELN. *Biblioteca Virtual Socialista*, CD-ROM. Colômbia, ELN.
- GIAP, Vo N. (1968). *O Vietnam segundo Giap*. Rio de Janeiro: Saga.
- GUEVARA, Che. (1968). *Guerra de Guerrilhas: um método*. Editora Base.
- _____. (1976). "Criar um, dois, três... muitos Vietnãs". In: *A revolução cubana e a construção do socialismo*. Amadora: Editorial Fronteira.
- LÊNIN, V. (1981). "As tarefas do proletariado em nossa revolução". In: *Obras escolhidas*, Tomo II. Lisboa, Avante.
- _____. (1987). *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- LUXEBURG, R. (1985). *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K & ENGELS, F. (1974). *Sobre a China*. Porto, Publicações Escorpião.
- _____. (1989a). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1989b). *Sobre o Colonialismo*. Volumes I e II. São Paulo, Mandacaru.
- MÉSZÁROS, I. (1989). *A necessidade do controle social*. São Paulo, Ensaio.
- PIN, S. (1999). *A arte da guerra*. Record, São Paulo.
- SADER, E. (2000). *Século XX: uma biografia não-autorizada. O século do imperialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- SAINT-PIERRE, H L. (1999). *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, Editora UNESP.
- TSÉ TUNG, M. (1975). "Sobre a guerra prolongada". In: TSÉ TUNG, M. *Obras escolhidas*, Tomo II. Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras.
- TZU, S. (1983). *A arte da guerra*. São Paulo, Record.
- VOLCOGÓNOV, D.. (1978). *A doutrina marxista-leninista sobre a guerra e o exército*. Moscou, Edições Progresso.